



Relatos da ditadura ganham site



Sistema de Informação da CVRS disponibiliza mapeamento de ocorrências no regime militar

Graça Portela



om o intuito de colher relatos de e sobre trabalhadores da saúde que sofreram perseguições, violações, tortura, seqüestros e assassinatos durante a ditadura militar do Brasil, a Comissão da Verdade da Reforma Sanitária (CVRS) lançou, em julho o Sistema de Informação da Comissão (SISCVRS). O sistema permite aos usuários incluir seus relatos pela internet, celulares e tablets a partir do envio de mensagem para o site. As informações são reunidas e distribuídas em um mapa de localização. Por meio dele, é possível verificar, por exemplo, que já foram postados 18 relatos, que mostram que a ditadura atingiu duramente o setor de saúde de norte a sul do país: Acre (2), Brasília, (3), Mato Grosso do Sul (1), Pará (2), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (3), Rio Grande do Norte (1), Rondônia (1), Rio Grande do Sul (1) e São Paulo (3).

Segundo Anamaria Tambellini, presidente da CVRS, o sistema de cadastramento *on-line* dos relatos "ajuda a ter um cadastro simplificado de violações abrangentes para todo o país de casos acontecidos na saúde, que serão estudados com mais rigor a partir de depoimentos realizados a *posteriori*". A ideia do cadastramento dos relatos *on-line* visa a incentivar o relato das pessoas que viram, tomaram conhecimento ou participaram de casos de parentes, vizinhos, conhecidos ou colegas de trabalho que sofreram qualquer forma de violência praticada pelo estado ou seus representantes e aliados, como por exemplo, donos de empresas que tenham tido salas de interrogatórios ou oferecido nomes de trabalhadores às forças de repressão", explica a presidente.

O sistema é baseado na Plataforma Ushahidi, uma iniciativa que nasceu no Quênia, em 2008, após um grande conflito político, e visa a construção de conteúdo colaborativo e o compartilhamento de informações, sendo utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a rede de televisão Al-Jazeera e o Banco Mundial, dentre outras instituições. Ela também é utilizada com o objetivo de democratizar a informação e como fer-

ramenta de ajuda humanitária, pois foi usada para facilitar o atendimento aos feridos no furacão que atingiu o Haiti, em 2010, e para a coleta de informações nos conflitos na Líbia.

O destaque fica para a facilidade de preenchimento dos dados, onde a pessoa necessita apenas cadastrar um *login* (neste caso, o número do CPF) e a senha; a seguir, ela deverá preencher os campos de informação. O sigilo é garantido, pois por questões de segurança e privacidade – os dados pessoais de quem cadastrou o seu relato não são exibidos. O sistema da CVRS permite apenas que informações parciais, para efeito de consulta genérica, sejam mostradas. A partir daí é atualizado o mapa, com a localização de onde ocorreram os casos. Por exemplo, alguém que atualmente more em Pernambuco, mas que na época da ditadura militar estava trabalhando em Porto Alegre, pode enviar o seu relato, tomando por base o local onde ocorreu a violação.

Sigilo e privacidade

“Não temos ideia sobre o número, tipo, forma, responsabilidades e consequências das violações acontecidas aos trabalhadores(as) da saúde, espalhados por todo o território brasileiro”, afirma Anamaria, “sabemos que os registros existentes não dão conta da totalidade das ocorrências, daí a importância da identificação dos casos espalhados pelo país”, complementa.

No sistema, utilizado pela comissão, os depoimentos são classificados por categorias de violação, como detenção ou prisão arbitrária, desaparecimento forçado, homicídio, ocultação de cadáver, perseguição política, sequestro, tortura e maus tratos, utilização forçada de pessoa e violação sexual. O sigilo é garantido, pois não são exibidos – por questões de segurança e privacidade – os dados pessoais de quem cadastrou o seu relato, o sistema permite apenas que informações parciais sejam exibidas, transformando o mapa em um instrumento de pesquisa para aqueles que se interessam pelo assunto.

Dos relatos que há no *site*, é possível identificar alguns tipos de crimes bastante comuns no período ditatorial militar, que compreende 1964 a 1985, sendo que muitos deles ocorriam simultaneamente com as vítimas, como é o caso dos sequestros (sete relatos) com detenção ou prisão arbitrárias (cinco casos) e tortura e maus tratos (cinco ocorrências), por exemplo. Outro dado interessante no relatório é que a ditadura militar atingia indiscriminadamente homens e mulheres, independentemente da idade, e que o ano 1964 foi o mais cruel para as vítimas que fizeram os seus relatos (com 12 ocorrências de todos os tipos de violência). Já o último ano de registro, até o momento, foi o de 1972, com um sequestro.

Cada registro feito será analisado pelos integrantes da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária e a pessoa será convidada a dar o seu depoimento aberto ou sigiloso (a pessoa decidirá). “Os relatos *on-line* facilitarão o trabalho da Comissão, porque identificarão casos, darão uma versão simplificada deles e fornecerão localizações, endereços que deveremos procurar para solicitar e realizar os depoimentos – orais ou gravados – com os sobreviventes, parentes ou amigos dos falecidos, testemunhas que concordarem em contar a sua experiência”, explica Anamaria.



Para incluir os relatos ou saber mais sobre a CVRS, as pessoas devem acessar o *site* da CVRS, (<http://cvrs.icict.fiocruz.br>) ou pelo seu Facebook – CVRS Abrasco Cebes. A comissão, que foi criada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), conta com o apoio do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN) e da Comissão da Verdade Rio, e tem núcleos na Bahia, no Distrito Federal, em Mato Grosso, no Pará, no Paraná, em Pernambuco, em São Paulo e no Rio de Janeiro.